

ENSINO RELIGIOSO COMO PROMOÇÃO DA CULTURA DE PAZ E DA NÃO VIOLÊNCIA

Jefferson Ramalho¹

Resumo

O presente artigo traz como tema uma abordagem acerca do componente curricular Ensino Religioso enquanto *práxis* pedagógica aplicada em turmas de 7º ano de 2021 e refletida no desenvolvimento dessas turmas no ano de 2022, em uma instituição católica de ensino, na cidade de São Paulo. O nosso objetivo é demonstrar o papel eficaz do Ensino Religioso enquanto promoção da cultura de paz e da não violência, a partir de temáticas como: identificação da diversidade, combate à intolerância, superação de preconceitos e conscientização acerca da inclusão social e de uma vivência solidária. Em se tratando da linha teórica, estabelecemos um diálogo com pesquisas do professor Dr. Sérgio Rogério Azevedo Junqueira, livre-docente que já se consolidou como referencial teórico do Ensino Religioso no Brasil. O diálogo estabelecido por Junqueira (2019) com a Base Nacional Comum Curricular demonstra como esse componente curricular tem uma função epistemológica que ultrapassa as fronteiras da confessionalidade, mesmo que aplicado em uma escola confessional, sempre respeitando a identidade da instituição. Além desse diálogo, aproximamo-nos também das propostas do Pacto Educativo Global lançado em 2020 pelo Papa Francisco, para que todo o planeta, desde pessoas a instituições religiosas e governamentais, se sensibilize e passe a priorizar uma educação humanista e solidária, vislumbrando a transformação da sociedade mundial. Procuramos, em 2021, salientar tais propostas curriculares, tanto da Base Nacional Comum Curricular quanto daquelas evidentes no referido Pacto, nas aulas de Ensino Religioso, em turmas de 7º ano, cujas aplicações detalharemos, apresentando-as como experiências marcadas por desafios, mas que, no ano seguinte, quando alunas e alunos passaram a cursar o 8º ano, evidenciaram efeitos muito positivos, em particular, nas temáticas supracitadas, que demarcam a identidade de nossa reflexão.

Palavras-chaves: Ensino Religioso; epistemologia; transformação.

Introdução

Os tempos são outros e, como consequência, nossa *práxis* pedagógica também viveu e deve continuar vivenciando constantes transformações, como pensara o antigo filósofo efésio Heráclito. As atualizações a que nos referimos se dão, *a priori*, no âmbito teórico,

¹ Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pós-doutor e mestre em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), licenciado em História pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI), bacharel em Teologia pela Universidade Mackenzie e licenciando em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Professor de Ensino Religioso e Projeto de Vida no Colégio Emilie de Villeneuve. jeffersonramalho@colegioemilie.com.br

para que empiricamente sejam percebidas, experimentadas e constatadas em um dinâmico fluxo e refluxo de reelaborações estabelecidas no processo de aprendizagem.

Em busca de uma compatibilidade do componente curricular Ensino Religioso com o nosso tempo, enquanto história presente de uma mentalidade aberta à diversidade humana e às necessidades sociais e planetárias, iniciamos, desde as primeiras semanas de aula de 2021, uma travessia curricular e metodológica para as turmas de 7º ano do ensino fundamental do Colégio Emilie de Villeneuve, em São Paulo/SP.

Caracterizada por uma cultura de paz e de não violência, a partir de temáticas como a identificação da diversidade, o combate à intolerância, a superação de diversas formas de preconceito e a conscientização acerca da inclusão social e de uma vivência solidária, aquela travessia já se apresentava desafiadora desde os primeiros itinerários. E, nesse sentido, contamos com o suporte teórico de diferentes referenciais.

No presente ensaio, apresentamos nosso diálogo com as pesquisas de Sérgio R. A. Junqueira, em especial com o artigo *Escola católica: Ensino Religioso e BNCC*, escrito com Sonia Itoz e publicado em Dossiê de 2019 na Revista de Educação da Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC). Ademais, dialogamos com algumas diretrizes do Pacto Educativo Global lançado pelo Papa Francisco, conclamando pessoas e instituições religiosas e governamentais a se sensibilizarem e a priorizarem uma educação humanista e solidária, que vislumbre a transformação da sociedade mundial. Compartilhamos, ao final, exemplos do quanto essa travessia se mostrou exitosa, mas também auspiciosa.

O cenário, os problemas, o desafio...

O ano de 2021 não se apresentava anunciador de bons acontecimentos. O mundo enfrentava uma pandemia que ceifaria milhões de vidas. No Brasil, em março do mesmo ano, havia um processo de vacinação iniciado dois meses antes para combater a doença, mas que se processava a passos muito lentos. Em função desse contexto, nossas aulas e atividades de aprendizagem se dariam exclusivamente de maneira remota, por meio do *Moodle*, uma plataforma *online* com múltiplas ferramentas para aprendizado a distância.

A sociedade brasileira se viu, ao mesmo tempo, diante da necessidade de rejeitar ou assimilar discursos de negação da eficácia científica propagados, sobretudo, por meio das redes sociais, bem como as ultrapassadas expressões de ódio, intolerância e preconceito às diversidades identitárias, às chamadas minorias sociais, ao ponto de ser

ratificado o uso de armas e de ações violentas por parte do Estado, mas também da sociedade civil.

Propor uma reflexão conscientizadora a partir das aulas de Ensino Religioso, em turmas compostas por estudantes com idades, em sua maioria, entre 11 e 12 anos, mostrava-se como uma missão sobremaneira desafiadora. Estamos falando de um público composto por adolescentes diariamente conectados às redes sociais e que, portanto, estaria sujeito a receber e a assimilar como verdadeiras as chamadas *fakes news*. Consequentemente, eles não estão imunes às consequências negativas dessas informações falsas, que costumam se propagar acompanhadas de discursos de ódio e intolerância.

Sob a orientação de nossa coordenação pedagógica, fomos orientados a não nos preocuparmos apenas com a aplicação, em nossa prática educativa, dos aspectos conceituais e procedimentais, os quais, respectivamente, têm relação com o conjunto de fatos, objetos ou símbolos e com uma importante amplitude metodológica, mas também dos aspectos e conteúdos atitudinais, que se agrupam em valores, atitudes e normas, conforme pudemos refletir a partir das leituras e sessões reflexivas que desenvolvemos com base na proposta teórica de Zabala (1998). Em linhas gerais, estes três pilares – valores, atitudes e normas – dos conteúdos atitudinais são propostos pelo referido autor da seguinte maneira:

Entendemos por *valores* os princípios ou as ideias éticas que permitem às pessoas emitir um juízo sobre as condutas e seu sentido. São valores: a solidariedade, o respeito aos outros, a responsabilidade, a liberdade etc. As *atitudes* são tendências ou predisposições relativamente estáveis das pessoas para atuar de certa maneira. São a forma como cada pessoa realiza sua conduta [...]. Assim, são exemplos de atitudes: cooperar com o grupo, ajudar os colegas, respeitar o meio ambiente, participar das tarefas escolares etc. As *normas* são padrões ou regras de comportamento que devemos seguir em determinadas situações que obrigam a todos os membros de um grupo social. As normas constituem a forma pactuada de realizar certos valores compartilhados por uma coletividade e indicam o que pode se fazer e o que não pode se fazer neste grupo. (ZABALA, 1998, 46-47).

A percepção de que haveria plena compatibilidade entre a proposta teórica de Zabala (1998) e aquilo que havíamos planejado para nosso itinerário em Ensino Religioso se deu de forma instantânea, o que não atenuou o caráter desafiador de nossa prática pedagógica. Destacamos como exemplo dessa convergência as questões problemáticas

apontadas por Junqueira e Itoz (2019) em suas percepções acerca das relações entre o componente Ensino Religioso e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no âmbito de escolas católicas. Para os autores, “é a falta de formação e de informação que facilita a manipulação de percepções e consciências e que gera discriminação, preconceitos e perseguição a grupos minoritários ou de posturas e expressões diferenciadas do *status quo*.” (JUNQUEIRA; ITOZ, 2019, 14). Enquanto solução, eles sinalizam, fundamentados no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, que “os ‘objetos de conhecimento’ [...] sugerem o trabalho, primeiro, com uma abordagem *in loco* para conhecer; depois, com análise acadêmico-científica da realidade; e, por fim, com os princípios de direitos humanos.” (*Ibidem.*, 14). Vale sublinhar que os chamados objetos de conhecimento propostos na BNCC são os antigos conteúdos curriculares de cada disciplina, agora denominadas componentes curriculares.

Ensino Religioso, a partir da BNCC, não é apenas componente curricular, mas também área do conhecimento e, enquanto tal, tem como uma de suas metas a garantia do “respeito à diversidade cultural, étnica, religiosa e política do país. Entende-se que a multiplicidade de valores humanos e humanitários se dá em um processo de construção de um indivíduo cidadão, com igualdade [...]” (JUNQUEIRA; ITOZ 2019, 14). Assim, diante do desafio que se colocava e considerando que só voltaríamos às aulas presenciais no segundo semestre de 2021, e com alguns estudantes, de maneira remota, outro importante instrumento se somaria, contribuindo para que nossos objetivos fossem atingidos: o Pacto Educativo Global lançado pelo Papa Francisco no ano anterior, convidando o mundo a priorizar uma educação solidária, inclusiva e transformadora.

O Pacto Educativo Global (PEG) e sua aplicação às aulas de Ensino Religioso

O PEG consiste numa convocação do Papa Francisco, lançada em 2019 e dirigida a representantes de todo o planeta, a assinarem um compromisso em convergência com ideais já anunciados em sua carta encíclica *Laudato si* (2015). Lançado no Brasil em 2020, o PEG propõe uma aliança educativa, o que só seria possível se envolvesse duas ou mais pessoas com visões de mundo diferentes se comprometendo em torno de uma causa comum, disponibilizando suas forças ao serviço de um mesmo projeto. Para isso, o primeiro aspecto indispensável é que reconheçamos no outro, diferente de nós, não uma ameaça contra as nossas convicções, tradições e identidades, mas um parceiro, um aliado, um companheiro em uma jornada em busca do mesmo ideal: a educação global.

Entre os ideais propostos pelo PEG, está o respeito à diversidade, à consciência planetária, à emergência de atualizações que, com uma educação integral e inclusiva, propiciaria a escuta atenta, além de diálogos profícuos, fazendo prevalecer a unidade. Esses elementos estão distribuídos em quatro eixos de ação: direito à educação, educação para a paz, solidariedade e ecologia integral (RIAL; CHESINI, 2021, 23).

Do pacto à prática

No Colégio Emilie de Villeneuve, as turmas de 6º e 7º anos participaram apenas da primeira etapa do processo, ocorrida *on-line* no dia 21 de maio de 2021, enquanto as turmas de 8º e 9º anos e turmas de ensino médio participaram de mais etapas, ao longo do ano, em diferentes fóruns de alcance regional e nacional. Como, neste ensaio, contemplamos apenas as experiências com turmas de 7º ano, interessa-nos mostrar de que maneira aplicamos às aulas de Ensino Religioso, após o encontro da primeira etapa do PEG, os diversos valores explicitados até aqui (cf. JUNQUEIRA; ITOZ, 2019, p. 14-17).

Desenvolvemos iniciativas que, a princípio, foram desafiadoras e até marcadas por conflitos entre educandos. Além das propostas temáticas distribuídas nos objetos de conhecimento, em setembro, enfatizamos os diferentes tipos de *bullying* e *cyberbullying* praticados cotidianamente por adolescentes, problematizando atitudes de humilhação, perseguição, intimidação, constrangimento, calúnia e discriminação praticadas tanto pessoalmente quanto em ambientes virtuais. Constatamos que, a princípio, o resultado foi positivo apenas nas esferas conceituais e procedimentais. Ainda haveria muito a avançar.

Em novembro, uma segunda proposta foi desenvolvida, trazendo resultados mais satisfatórios, inclusive na esfera atitudinal. No ensejo do Dia Nacional da Consciência Negra, tratamos daquilo no que essa data consiste, inclusive do combate à intolerância racial praticada contra religiões de matriz africana. Sublinhando valores do PEG e do Ensino Religioso de acordo com a BNCC, chegamos a resultados além dos objetivados. Após 2021, a pandemia se distanciou, apesar de ainda se fazer presente. Ao conviver com os mesmos estudantes, cursando, em 2022, as quatro turmas de 8º ano do colégio, notamos o amadurecimento dos seus valores e de suas atitudes. Há muito o que progredir, mas aquelas sementes já germinam, o que se exemplifica nas citações abaixo, extraídas de atividade avaliativa realizada no 4º bimestre, entre 15 e 18 de novembro de 2022. São fragmentos de textos de alunos e alunas de 8º ano que compõem o grupo

observado entre 2021 e 2022, mas seus nomes não serão mencionados, em respeito a suas identidades pessoais e à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (2018). Por essa razão, sem efetuarmos qualquer correção ortográfica nos fragmentos selecionados, optamos por padronizar suas identificações como estudante 1, estudante 2, estudante 3 e estudante 4.

Coexistir é existir sem nenhum tipo de preconceito. Coexistir é saber quem é você no meio de bilhares de pessoas. Para coexistir todos devemos ter respeito com as pessoas, sejam diferentes ou iguais, magros e gordinhos, brancos e negros, altos e baixos, orientais e ocidentais, TODOS, sem nenhuma exceção devemos saber que para coexistir, devemos respeitar tudo e todos com quem vivemos e convivemos ao nosso redor. (estudante 1)

Eu cresci muito na questão de respeitar a opinião e o direito do outro, quando eu era menor eu não respeitava a opinião do outro e eu achava o direito do protesto desnecessário, mas agora eu vejo que é necessário protestar, você protestando defende o seu ponto de vista, você está batalhando pelo que você acha que é certo (estudante 2)

Nas diferenças vemos que o respeito e o bom senso podem ser muito usados, por exemplo em resolução de conflitos eles são necessários para entendermos ambos os lados e discernir o que está certo e errado, com isso promovemos e contribuimos para ajudarmos o ambiente tornando o mais respeitoso. No meu dia a dia quando passo por alguma situação de conflito, antes de qualquer ação sempre penso, e tento usar o bom senso para entender o lado do outro e discernir o que pode ser resolvido e o que está errado. (estudante 3)

Devemos respeitar o outro independentemente da sua diferença social ou natural. Justiça universal é basicamente justiça para todos, que quase todas as religiões abrangem ou tentam abranger ajudando o próximo economicamente, emocionalmente etc. Eu tento sempre abranger isso na minha vida sempre ajudando o próximo quando necessário e quando possível. (estudante 4)

Os trechos acima são apenas alguns dos muitos que servem para exemplificar o quanto estudantes que cursaram o 7º ano em 2021, no Colégio Emilie de Villeneuve, vivenciaram mudanças atitudinais resultantes de suas experiências de aprendizagem dos conceitos trabalhados em diferentes componentes curriculares, mas, de maneira

particular, nas aulas de Ensino Religioso. Como já dissemos, ainda há muito o que progredir, mas aquelas sementes semeadas em 2021 já geraram os primeiros frutos durante a experiência de aprendizagem em turmas de 8º ano ao longo de 2022. Que em 2023 a colheita seja ainda mais abundante!

Considerações finais

Entendemos que o presente ensaio foi apenas uma apresentação panorâmica do que significou nossa prática pedagógica de Ensino Religioso pautada em princípios humanistas e de valorização às diversidades. O diálogo com as percepções de Junqueira e Itoz (2019), bem como com as diretrizes do Pacto Educativo Global, foram determinantes para que nossos objetivos fossem atingidos. Esperamos ampliar essas discussões, lapidar nossas práticas e aperfeiçoar o entendimento acerca do papel social do Ensino Religioso.

Referências

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) nº 13.709. Presidência da República: Secretaria Geral, Subchefia para assuntos jurídicos, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso: 27 nov. 2022.

FRANCISCO. *Laudato sí: sobre o cuidado da nossa casa comum*. Documentos do Magistério. Paulus: São Paulo, 2015.

JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; ITOZ, Sônia. *Escola católica: Ensino Religioso e BNCC*. In: Revista de Educação ANEC, v. 45, p. 12-27, 2019.

RIAL, Gregory; CHESINI, Cláudia. (orgs). *Manual Pacto Educativo Global na prática*. Brasília: ANEC, 2021. [recurso digital]

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Porto Alegre, RS: Artmed, 1998.